



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



Ofício PGE nº 081/2008

[Doc. 21842/2008](#)

Brasília, 17 de setembro de 2008.

Ao Senhor

Rodrigo Melo Barjud

Gerente Técnico – GEO Lógica Consultoria Ambiental

SRTVN Qd 701 – Ed. Centro Empresarial Norte – Bloco A – Sala 121 a 129

CEP 70.719-903 Brasília – DF

Prezado Senhor,

Em resposta à solicitação encaminhada à Agência Nacional de Águas - ANA, a Superintendência de Gestão da Informação informou que o conceito de “curso de água” utilizado é aquele contido na Resolução ANA nº 399, de 2004, aplicando os critérios técnicos para a identificação de “curso de água”, estabelecidos no item 5, subitens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5, a saber:

“5. CRITÉRIOS TÉCNICOS

- 5.1. Cada curso de água, desde a sua foz até a sua nascente, será considerado como unidade indivisível, para fins de classificação quanto ao domínio;
- 5.2. Os sistemas hidrográficos serão estudados, examinando-se as suas correntes de água sempre de jusante para montante e iniciando-se pela identificação do seu curso principal;
- 5.3. Em cada confluência será considerado curso de água principal aquele cuja bacia hidrográfica tiver a maior área de drenagem;
- 5.4. A determinação das áreas de drenagem será feita com base na Cartografia Sistemática Terrestre Básica;
- 5.5. Os braços de rios, paranás, igarapés e alagados não serão classificados em separado, uma vez que são considerados parte integrante do curso de água principal.”



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



Á área técnica na ANA ressalta, também, que é “a partir da referida base hidrográfica otocodificada e das aplicações desses critérios que se define o curso de água principal de uma bacia e seu respectivo domínio.”

Quanto ao pedido de definição “sólida” para a expressão “curso de água”, a Procuradoria-Geral da ANA entende que até o momento o conceito jurídico válido é aquele ditado pela Instrução Normativa nº 004, de 21 de junho de 2000, qual seja:

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa, considera-se:

(...)

VII - CURSO D'ÁGUA: canal natural para drenagem de uma bacia, tais como: boqueirão, rio, riacho, ribeirão, córrego ou vereda.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

EMILIANO RIBEIRO DE SOUZA

Procurador-Geral